



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Política social e gestão de serviços sociais 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
 Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: Word Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-29-4
 DOI 10.22533/at.ed.294200903

1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne
 Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “**Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2**” apresenta a continuidade da discussão presente no primeiro livro, que além de abordar aspectos relacionados a Política Social e Gestão de Serviços Sociais evidenciou o processo de trabalho do Assistente Social. O segundo livro reúne uma coletânea, ainda maior que o primeiro, composta por 29 artigos.

Na atualidade, a conjuntura brasileira tem apresentado limitações expressivas desde a elaboração até a garantia da execução das políticas sociais públicas, sobretudo pelo direcionamento do Estado. Mas, é importante salientar que existem diferentes concepções sobre Estado e Política Social, que perpassam também sobre as modificações societárias e possibilitam uma espécie de pluralidade acerca deste tema.

Aos leitores, não assistentes sociais ou envoltos a esta profissão, cabe situar que o Serviço Social é uma profissão norteada por legislações específicas e por um Código de Ética Profissional, que determina atribuições profissionais assegurando que é sua competência “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”, mas, apresenta-se como um desafio no cotidiano profissional, sobretudo se considerarmos o contexto já exposto das políticas sociais. Por isso, é ainda mais importante a publicação de trabalhos que versam sobre esta temática, tais como aqui serão apresentados.

Este exemplar exhibe diferentes assuntos correlacionados a Política Social, mas com vieses e abordagens divergentes, fator comum a esta narrativa. Para a construção dos respectivos artigos os autores utilizaram diversas metodologias, como por exemplo, pesquisas bibliográficas, análise documental, pesquisas de campo e realização de entrevista, entre outras.

A fim de alinhar a apresentação dos estudos, novamente, optou-se pela divisão dos assuntos por blocos inter-relacionados.

O primeiro bloco trata-se do “**Estado e Políticas Sociais do Brasil: contextos, análises e discussões**” que expõe trabalhos relacionados ao Estado e a Política Social no Brasil. Inicialmente refletindo a divisão social da sociedade capitalista, a fim de subsidiar as discussões seguintes que tratam da política social e das categorias presentes em diferentes políticas públicas.

O segundo intitulado “**Política Nacional e Internacional: análises e perspectivas**” apresenta abordagem nacional e internacional, com ênfase na análise da política de guerra as drogas e no microsseguro.

E o terceiro foi nomeado “**Serviço Social Brasileiro: formação profissional e experiências do estágio supervisionado**” e trata da formação profissional do Serviço Social e expõe as experiências avindas do campo de estágio e da supervisão

acadêmica.

Já o quarto, e, último bloco, “**Serviço Social Brasileiro: mercado de trabalho e outras tendências contemporâneas da profissão**” evidencia o mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil e suas tendências, principalmente apontando o agravamento das expressões da “questão social”, os rebatimentos no processo de trabalho e outras discussões contemporâneas que perpassam esta profissão.

Por fim, e não menos importante, percebe-se que os autores deste livro advêm de diversos estados, com distintas experiências, formações profissionais e institucionais. Logo, as variadas perspectivas geram abordagens plurais, que positivamente influem no enriquecimento e na qualidade deste material. De mais a mais, espera-se que este livro acresça o debate contemporâneo da Política Social e a formação/atualização profissional dxs Assistentes Sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL: CONTEXTOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 1 1

CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES

[Jamerson Murillo Anunciação de Souza](#)

[Marcelly Batista de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009031

CAPÍTULO 2 12

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E OS DESAFIOS FRENTE AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

[Mariane Rodrigues Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009032

CAPÍTULO 3 23

PROTEÇÃO SOCIAL: EXCURSO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

[Thaís Gaspar Mendes da Silva](#)

[Neide Aparecida de Souza Lehfeld](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009033

CAPÍTULO 4 34

QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E NOVOS DESAFIOS A TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

[Paula Maria do Nascimento Masulo](#)

[Maria Dione Carvalho de Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009034

CAPÍTULO 5 46

ESCRavidão CONTEMPORânea E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

[Sara de Oliveira Sousa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009035

CAPÍTULO 6 56

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS: REFLEXOS DE UMA DESIGUALDADE DE GÊNERO

[Ariele França de Melo](#)

[Andressa Sonja Pereira de Castro](#)

[Jéssica Katariny Oliveira da Silva](#)

[Shirlany Sayonara França Bezerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009036

CAPÍTULO 7 63

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

[Suzane Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009037

CAPÍTULO 8 75

AS AMEAÇAS AO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[Jinadiene da Silva Soares Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009038

CAPÍTULO 9 88

APOIO MATRICIAL E INSTITUCIONAL ENTRE REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS AO SUS E AO SUAS

[Fabiana Nunes Merhy-Silva](#)

[Eduardo Mourão Vasconcelos](#)

[Gastão Wagner de Sousa Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009039

CAPÍTULO 10 103

OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)

[Maria Roberta Medeiros Angelim](#)

[Sandra Amélia Sampaio Silveira](#)

[Lúcia Maria Patriota](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090310

CAPÍTULO 11 115

AS CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E A PERSPECTIVA NEOCONSERVADORA E OS DESMONTES DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

[Adriano Pereira Basilo de Oliveira](#)

[Moisés Maia Rangel](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090311

CAPÍTULO 12 128

GESTÃO PEDAGÓGICA PARTICIPATIVA EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

[Simone Martiningui Onzi](#)

[Daianny Madalena Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090312

CAPÍTULO 13 143

RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[Eliana Almeida Soares Ganam](#)

[Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090313

POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 14 155

A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: TRABALHADORES DO TRÁFICO

[Mayara Maria Alonge dos Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090314

CAPÍTULO 15 170

ANÁLISE DA VIABILIDADE DO MICROSSEGURO EM PORTUGAL

Vitor Miguel Monteiro Marques

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.29420090315

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIAS
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

CAPÍTULO 16 184

ENTRE NÓS E FIOS: REFLEXÕES SOBRE OS ENTRAVES E ESTRATÉGIAS PARA A
REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Márcia Toledo Salvaia

DOI 10.22533/at.ed.29420090316

CAPÍTULO 17 194

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE DISCENTES INSERIDOS NO ESTÁGIO
CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Patrícia Albuquerque de Oliveira Rocha

Franciele Santos Mendonça

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.29420090317

CAPÍTULO 18 208

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM
PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS

Jaqueline de Melo Barros

Gabriellen da Costa Lourenço

Hegles Pereira do Nascimento

Nathália de Jesus Januário Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.29420090318

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: MERCADO DE TRABALHO E OUTRAS
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PROFISSÃO**

CAPÍTULO 19 217

DA CRISE À INVIABILIZAÇÃO? DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-
POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Ivelize Oliveira Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.29420090319

CAPÍTULO 20 231

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
CONTRARREFORMA: DO DOMÍNIO ÀS POSSIBILIDADES DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Giliane Alves de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.29420090320

CAPÍTULO 21 243

INDICADOR: UM DESAFIO POSSÍVEL PARA A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO

SOCIAL

Roberta Vilela Moreno
Vânia de Sousa Costa
Neide Anselmo de Oliveira
Maria Teresa Di Sessa Pandolfo Queiroga Ribeiro
Elaine Fonseca Amaral da Silva
Virgínia Corrêa Pinheiro
Kátia Campos dos Anjos
Angela Maria Agostinho de Melo
Andreia Santos Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.29420090321

CAPÍTULO 22 254

TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES INICIAIS AOS INDICADORES NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS

Carlos Antonio de Souza Moraes
Gabriela Mendes Moreira Schocair

DOI 10.22533/at.ed.29420090322

CAPÍTULO 23 269

SEGURANÇA NO TRÂNSITO: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.29420090323

CAPÍTULO 24 282

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU! REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E CREAS DE DUQUE DE CAXIAS

Liandra Lima Carvalho
Aine Layza Ferreira de Lima Franco
Amanda Silva Pereira
Andrew da Silva Pinheiro Santos
Bruna da Silva Costa
Celeide Blanco Ferreira
Cristiane de Faria Mariano
Fabiana Gonçalves da Silva
Glaucia Vianna dos Santos
Isamara Dias dos Santos
Michelle da Silva Pereira Charret
Noemi Carvalho de Lima
Roselene Thomaz Cardoso de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.29420090324

CAPÍTULO 25 293

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ

Sueli do Nascimento
Geovana Nogueira da Silva Cappelle do Valle
Rafaela Bastos
Thaína Guadepule Simões

DOI 10.22533/at.ed.29420090325

CAPÍTULO 26	306
SERVIÇO SOCIAL; MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	
Mayra Hellen Vieira de Andrade Maria Gabrielle Chaves Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento Maria Gabriella Florencio Ferreira Laianny Cordeiro Silva de Souza Thayane de Vasconcelos Soares Nathália Pereira Paredes	
DOI 10.22533/at.ed.29420090326	
CAPÍTULO 27	313
CONCEPÇÃO E INSTRUMENTALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM FAMÍLIA	
Gisele Justiniano de Faria Martins Aurea Bastos Davet	
DOI 10.22533/at.ed.29420090327	
CAPÍTULO 28	326
UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O CAMPO SÓCIO JURÍDICO	
Gabriela Santos Gomes Pedro Leonardo Cedrola Vieira Karolayne Gomes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.29420090328	
CAPÍTULO 29	338
A ESCOLHA POR COR/RAÇA NO PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS	
Ana Lucia Oliveira Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.29420090329	
SOBRE A ORGANIZADORA	350
ÍNDICE REMISSIVO	351

RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Data de aceite: 25/02/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Eliana Almeida Soares Ganam

Universidade Federal do ABC

Santo André – SP

<http://lattes.cnpq.br/1397102752022429>

**Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos
Moreira**

Universidade de Taubaté

São José dos Campos – SP

<http://lattes.cnpq.br/9587301309500169>

RESUMO: Este artigo aborda as repercussões da desigualdade social no âmbito da política de educação superior, no acesso e permanência de estudantes das camadas populares nas universidades públicas. Discute-se as questões trazidas por relatos de estudantes egressos de escolas públicas atendidos pela política de assistência estudantil em uma universidade federal, ou seja, estudantes com marcas de pertencimento e origem distintas do grande grupo de estudantes que historicamente acessou a universidade. Coloca-se em perspectiva a diversidade de questões que são pouco visíveis no espaço da universidade que, uma vez existindo, não podem/deveriam ser

ignoradas.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência Estudantil. Assistência Estudantil. Universidade Pública. Políticas Públicas em Educação.

PORTRAITS OF SOCIAL INEQUALITY:
REFLECTIONS ON THE PERMANENCE
OF GRADUATE STUDENTS FROM PUBLIC
SCHOOL AT PUBLIC UNIVERSITY

ABSTRACT: This article address the repercussions of social inequality in the higher education policy, in the access and permanence of students from the popular layers in public universities. It discusses the questions brought by report of students from public schools attended by the student assistance policy in a federal university, i.e., students with different marks of belonging and origin from the large group of students who have historically accessed the university. The diversity of issues that are little visible in the university space is put into perspective, which, once existing, cannot/should be ignored.

KEYWORDS: School permanence. Student assistance policy. Public university. Public Policies in Education.

1 | INTRODUÇÃO

A questão da desigualdade brasileira persiste como uma das heranças do processo de formação do país enquanto Estado Nacional. Nossa proposta neste texto é apresentar uma das possibilidades de discussão da temática com enfoque na sua repercussão no âmbito da Educação Superior e, por extensão, no desenvolvimento da escolarização das camadas populares.

Num primeiro lance de interpretação, nos voltamos à discussão teórica que procura desmontar a imagem do estudante universitário como unívoca. Se ela foi estável historicamente, sobretudo se pensarmos na função da universidade como veículo de ascensão social em um determinado período da história, isso já é passado; aquela universidade já não é vista pela classe dominante como uma instituição com uma missão que serve a seus interesses, e, dessa forma, não demanda mais financiamento, atenção ou o simples entendimento de política pública – vejamos as constantes observações sobre a possibilidade de privatização do ensino público superior. Nesta seara, chamamos Jessé Souza para, com sua leitura arguta, nos ajudar a compreender como construímos noções sobre quem somos, de onde viemos e qual nosso lugar no campo social. É com ele que julgamos ser possível entender que estudante(s) só pode ser lido no plural, nunca no singular. Este letramento social de sua condição pode nos ajudar a compreender sobre o que falamos, sobretudo ao nos ajudar a desmontar o estudante genérico, aquele que só serve como letra morta de relatórios de sucesso institucional. Sem a vida concreta, representada pela experiência e seus atravessamentos, não surge um estudante. É evidente que nossa interpretação incide nessa construção, mas não recusamos refletir sobre aquilo que pouco se observa quando se fala em permanência estudantil. Permitir esta emergência, com todos os limites que temos consciência que existem, é dar passagem a questões que de outra forma dificilmente ganham a luz nas discussões institucionais.

No segundo lance de interpretação, traremos pistas colocadas pelos próprios estudantes acerca de sua vivência na universidade. Estas experiências carregam a marca de uma distinção, pois são questões trazidas por estudantes atendidos pela política de assistência estudantil em uma universidade federal, ou seja, estudantes com marcas de pertencimento e origem distintas do grande grupo de estudantes que historicamente foi foco da universidade. Este lance talvez nos permita colocar em perspectiva a diversidade de questões que são pouco visíveis no espaço universitário, mas, uma vez existindo, não podem/deveriam ser ignoradas.

2 | MITO NACIONAL E JUSTIFICAÇÃO DA DESIGUALDADE

Uma das interpretações sobre a constituição de nossa unidade nacional, sobretudo em sua versão oficial caracterizada por um Estado e suas fronteiras geopolíticas, tem, entre seus elementos, a suposição de uma identidade nacional bastante peculiar, a qual Jessé Souza (2009) chamará de “mito nacional”, definindo-a como a “forma moderna por excelência para a produção de um sentimento de ‘solidariedade coletiva’, por um sentimento de que estamos ‘todos no mesmo barco’ e que juntos formamos uma unidade” (SOUZA, 2009, p.29). Para o autor, é esse sentimento de “pertencimento coletivo” que sustenta a lógica de nação sob a perspectiva da modernidade.

No caso brasileiro, a identidade coletiva construiu-se inicialmente na imagem de “país do futuro” de natureza exuberante e, posteriormente, sob a imagem de povo mestiço, sob a influência do pensamento de Gilberto Freyre, o qual, na obra *Casa Grande & Senzala*, apresenta o conceito de miscigenação como substrato para uma suposta harmonia social e motivo de orgulho. Segundo Souza, (2009, p. 37) “a partir dela [a miscigenação] é que poderíamos nos pensar como povo do encontro cultural por excelência, da unidade na diversidade, desenvolvendo uma sociedade única no mundo, precisamente por sua capacidade de articular e unir contrários”. A construção do mito de uma sociedade nacional baseada na ausência de conflitos entre classes e na plasticidade e hibridismos inatos (CARDOSO *apud* FREYRE, 2003, p.25).

O pensamento freyreano nas primeiras décadas do século XX vai ao encontro da percepção de como os interesses do Estado reformista se firmam, na construção simbólica da integração nacional e como mecanismo de convencimento, visto que justificaria a constituição de uma nação unitária, mesmo com a presença de grupos populacionais tão heterogêneos e posicionados socialmente de forma assimétrica: negros, indígenas, imigrantes e mestiços de toda ordem. O que permitiu o escamoteamento e a negação de conflitos e das diferenças e, por conseguinte, a naturalização da desigualdade em condições impessoais.

Para Jessé Souza (2009), a desigualdade enquanto produto cultural não é tematizada neste contexto em razão da consolidação de uma percepção de que somos iguais, uma vez que a liberdade instituída pelos sucessivos processos de democratização em curso no país não considera as raízes históricas que distribuem hierarquicamente os direitos de cidadania. Nesse sentido, a lógica do mérito e do esforço individual como justificativas para a existência de “desigualdades justas” e dos privilégios de classe não se transformam em temas de relevância pública. Assim, observamos que tal ideologia propõe a separação entre indivíduo e sociedade, lembrando que toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso

ou ao fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada. É isso que permite que se possa culpar os pobres pelo seu próprio fracasso (SOUZA, 2009, p. 43).

A culpabilização do indivíduo dissimula a realidade social concreta do acesso desigual e seletivo a bens e serviços produzidos, decorrentes do modo de produção vigente, das relações de classe e de fatores não econômicos.

De fato, o acesso ao mercado de trabalho formal e aos bens e serviços potencializa a mobilidade social, como demonstram estudos de alguns economistas. Porém, a reprodução das classes sociais ultrapassa a lógica da renda. Embora, a renda interfira e seja o resultado final de todo o processo, a reprodução das classes sociais ultrapassa a lógica da renda. Conforme constata Costa (2013, p 49-50):

É preciso agregar na análise a capacidade protetiva da família, o acúmulo de conforto já disponível que contém o trabalho de várias gerações (a herança social) e o acesso aos serviços públicos. O nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e acesso à moradia são fatores que interferem na capacidade protetiva da família e são repassados entre gerações para seus membros. Filhos de pais analfabetos, inseridos na economia informal e sem moradia tem, de partida, piores condições de mobilidade social mesmo que para eles sejam ofertadas vagas em escola e acesso ao mercado de trabalho; há um déficit socioeconômico e cultural a ser quitado e isso não se reverte apenas com a variável renda.

A partir dos conceitos de capitais propostos por Bourdieu (2007), no qual **capital** é definido como tudo o que contribui para “o acesso privilegiado a todos os bens e serviços escassos em disputa na competição social” (SOUZA, 2013, p.58), sendo o “capital cultural” o principal deles, uma vez que representa o que é aprendido, não apenas no âmbito da educação formal, agregando toda uma forma de agir, reagir, refletir e comporta-se no mundo, permite-nos pensar a permanência estudantil na universidade. Segundo o autor, essa perspectiva permite uma melhor compreensão acerca da existência de classes sociais positivamente privilegiadas e, por extensão, das antagônicas classes desprivilegiadas. A apropriação diferenciada dos capitais econômicos e culturais fomenta a situação de precarização e exclusão das classes subalternas. Bourdieu (2014) procura mostrar que desigualdades sociais se constituíam/constituem determinantes nos percursos escolares e nas oportunidades de acesso ao Ensino Superior.

Tal entendimento destaca a necessidade de se atentar para o conjunto de dimensões que compõem e reproduzem as situações de desigualdade e exclusão em âmbito educacional. Esse processo de exclusão não se limita ao não acesso ao ambiente escolar, mas ao conjunto de relações e circunstâncias que condicionam esse acesso de “forma restrita, condicionada ou subalternizada” (GENTILI, 2009, p.1062).

A pobreza persiste como principal componente limitador do acesso e da permanência escolar, contribuindo significativamente para o maior índice de evasão escolar nas camadas populares, seja em virtude da necessidade de ingresso precoce

no mercado de trabalho, ou seja, pelas precárias condições de vida familiares. Contudo, não menos relevante e intrinsecamente relacionado à pobreza está o persistente fenômeno da desigualdade social que concentra as oportunidades educacionais dos mais ricos em relação aos mais pobres. “É esta combinação de pobreza e desigualdade que hipoteca o direito à educação das grandes maiorias, transformando as cada vez mais amplas oportunidades educacionais das minorias em um verdadeiro privilégio (GENTILI, 2009, p. 1067)”.

3 | E A UNIVERSIDADE PÚBLICA? ONDE SE POSICIONA NESTE CONTEXTO?

A Política de Educação consolida-se como direito na Constituição Federal de 1988 e seu reconhecimento como direito fundamental desponta como requisito significativo para os avanços relativos às pretensões igualitárias e para a construção de uma sociedade mais justa. Entretanto, dados do Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), apresentavam o preocupante diagnóstico de o Brasil dispor de uma das menores taxas de estudantes matriculados no ensino superior em comparação aos demais países da América Latina – 12% dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos - destacando que, dentre esses, um terço estavam matriculados em Instituições de Ensino Superior públicas contra dois terços em instituições privadas, quando a média dos países da América Latina era de 32% (PNE, 2001). Desse modo, havia a necessidade de construção de estratégias que garantissem a expansão do acesso ao ensino superior e do aumento das vagas de graduação.

À medida que o sistema público federal se amplia, mesmo que, à primeira vista, evidenciando apenas uma expressão quantitativa de ingresso ao ensino superior, proporciona-se a ampliação do acesso à universidade e, conseqüentemente, a diversificação de seu público alvo, possibilitando a maior presença de um novo público universitário, sobretudo estudantes oriundos das camadas populares. Para Schwartzman (2008), a ampliação do acesso é uma das maneiras de se pensar a questão da inclusão no ensino superior. O autor argumenta que as diferenças educacionais associadas às condições socioeconômicas são as principais responsáveis pelo quadro de desigualdade social vivenciado no país, assim como, historicamente, a mobilidade social ascendente depende diretamente dos níveis educacionais aos quais se tem acesso.

Outra medida que merece ser evidenciada no que concerne à democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior é a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) como instrumentos de seleção únicos ou complementares para o ingresso nas universidades federais, após a instituição do REUNI. A centralização dos processos seletivos em um exame unificado, conforme Pacheco (2013, p.228), “simultaneamente em todo o território

nacional, estabeleceria a isonomia na participação dos candidatos, permitindo inclusive que pleiteassem vagas em instituições de outros estados”. Tal medida incrementa possibilidades de participação das camadas populares e amplia a democratização do acesso às instituições públicas, mesmo que saibamos que este acesso e esta democratização também sejam seletivos. Já a descentralização dos vestibulares limita a presença de estudantes que não dispõem de recursos financeiros para o custeio de inscrições e deslocamentos entre cidades e estados, impossibilitando, assim, a diversificação de suas opções na disputa por uma das vagas de graduação oferecidas.

Entretanto, segundo Pereira & Silva (2010, p.24), “nesse cenário, a permanência, para além do acesso, é uma das questões importantes de serem consideradas, principalmente, dos estudantes de origem popular que têm suas trajetórias marcadas por intenso processo de desigualdade social”. Tal cenário exige, por conseguinte, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e do governo federal investimentos para que esses estudantes tenham longevidade escolar e possam concluir o curso, coibindo, portanto, a evasão.

Magalhães (2013, p.72) aponta que

as fragilidades econômicas, sociais e educacionais que uma parcela destes estudantes apresenta ao ingressar na universidade, aliadas às formas diversas de exclusão que irão encontrar no meio acadêmico, podem inviabilizar sua permanência e conclusão de seus cursos.

No contexto de reestruturação das IFES, a Política de Assistência Estudantil surge como uma das principais estratégias para o desenvolvimento do processo de expansão e democratização do acesso ao ensino superior preconizados pelo REUNI, visando garantir uma permanência estudantil qualificada e articulada às políticas acadêmicas. A inexistência de programas assistenciais põe em risco o projeto de democratização, o que fará com que as pessoas oriundas das classes populares e dos grupos desiguais sofram não uma exclusão **da** universidade, mas uma exclusão **na** universidade (Magalhães, 2013).

O movimento de expansão implementado traz consigo a necessidade de implantação de políticas mais amplas voltadas tanto à assistência ao estudante quanto a sua permanência na universidade. O aumento no número de matrículas nos *campi*, em especial a partir da adesão à Lei de Cotas, demandam a ampliação de políticas de permanência. Como exemplo, citamos as ações institucionais que atualmente envolvem permanência e que são financiadas com recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de São Paulo. As mesmas estão relacionadas aos Núcleos de Apoio aos Estudantes (NAEs), aos restaurantes universitários, ao Serviço de Saúde do Corpo Discente - SSSCD e às moradias estudantis (ainda em fase de planejamento), à operacionalização

dos programas de auxílio/bolsa e de Bolsas de Iniciação à Gestão – BIG.

Várias medidas foram pensadas no sentido de reduzir dificuldades na trajetória acadêmica dos ingressantes e incluem o mapeamento de fatores determinantes da permanência ou evasão; a compreensão de que o estudante não evade do curso apenas por baixo desempenho acadêmico; estratégias de acolhimento e integração social e acadêmica dos ingressantes, com destaque para a autoavaliação dos projetos políticos-pedagógicos dos cursos; ampliação do vínculo entre a formação e os projetos futuros (carreira); fortalecimento do ingresso e permanência dos estudantes com políticas de bolsas, restaurante, biblioteca, consideração com o estudante trabalhador e sua relação com sua rede de relacionamento, muitas vezes de baixa valorização aos estudos, entre outras.

Por outro lado, novos desafios estão sendo colocados à política de assistência estudantil. Do ponto de vista da permanência material, os programas dependem de recursos orçamentários para sua manutenção, cada vez mais escassos devido às implicações da contrarreforma e de retrocessos nos investimentos em educação no Brasil. Do ponto de vista da permanência acadêmica, a ampliação das possibilidades de acesso às universidades federais via Lei de Cotas Sociais a estudantes egressos de escola pública, provenientes da estrutura deficitária do ensino básico, exige acompanhamento e adaptação do corpo docente e de toda a comunidade acadêmica para esta realidade. Há de se considerar que as questões presentes de modo particular (com relação à situação financeira familiar, por muitas vezes, incompatível com as exigências materiais impostas à manutenção estudantil no âmbito acadêmico), devem ser compreendidas em um contexto macro societário de crise e redução de direitos e não de culpabilização dos estudantes e de suas famílias.

Para além da percepção da determinação econômica, é importante salientar que a renda familiar não é a única questão relevante ao que concerne à democratização do acesso, da permanência no ensino superior e, por extensão, à trajetória desses estudantes em questão. Apontam Perosa & Costa (2015) que as desigualdades sociais relativas à origem social, ao capital cultural, à cor da pele, ao gênero e à origem geográfica também apresentam repercussões em relação às chances de transição e manutenção no ensino superior. As características sociais e as dimensões simbólicas expressam-se nas possibilidades de escolha e no acesso privilegiado a todos os bens e serviços em disputa na competição social.

Se a passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior já coincide com um período de transições e experiências complexas, para esses estudantes há ainda o desafio de superar “o estereótipo de estudante de escola pública, ou seja, aquele que não domina inteiramente conhecimentos básicos e que deve, portanto, se desdobrar para superar as fragilidades e lacunas existentes em sua formação

escolar” (TEIXEIRA, 2011, p.39).

Ao que se refere ao ensino da escola pública brasileira, este tem sido tratado de forma precária se comparado aos conteúdos ministrados e dos métodos adotados nas escolas particulares, conforme apontam Martins & Lisboa (2014, p.12):

Essa distância tem mostrado o abismo de oportunidades de futuro entre a juventude protegida e a juventude socialmente vulnerável, que constitui a maioria da população do País. Entrar na universidade, para os jovens deste segundo grupo, significa ir muito além de transpor a barreira do vestibular. Significa contrariar o destino, que lhes é socialmente reservado, legitimado por uma divisão socioeconômica de classe. Em se tratando do contexto brasileiro, a situação pela desigualdade constituída historicamente se agrava ainda mais pelo descaso dos responsáveis pela cena pública, aí incluídos os responsáveis pela educação.

Os estudos de Ganam (2016) apresentam relatos de estudantes que transpuseram as barreiras do vestibular e ingressaram na universidade federal, sentindo as dificuldades de permanência estudantil no cotidiano. Destacamos o relato de uma Estudante de Nutrição que cursou Ensino Médio integralmente em Escola Pública no período noturno e, na época, também trabalhava para ajudar a família. Sua condição de egressa de escola pública foi uma preocupação constante ao ingressar na universidade por ter receio de não acompanhar o curso em decorrência de defasagem de conteúdo do Ensino Médio, principalmente por ter cursado no período noturno, que na sua avaliação havia menos exigências de conteúdo, visto que a maioria era composta por estudantes trabalhadores.

[...] Fora as dificuldades financeiras e a questão da base mesmo de ensino fundamental, de ensino público, ensino médio. Porque foi uma das maiores dificuldades que eu enfrentei. Porque, assim, têm coisas que a gente já deveria saber! Porque a gente entra na universidade pública. Os professores em si já têm uma grande expectativa de que os alunos já saibam muitas coisas, porque quando o aluno é formado em uma escola particular ou ele faz um cursinho bom, ele vai sim, com uma base firme, então os professores já esperam que saibam. Porque a gente sabe que pra eles darem um ensino, um andamento do ensino, eles não precisam voltar em coisas que a gente já deveria saber. Porque, às vezes, a gente acaba perdendo um pouco de tempo com os estudos por causa disso. A gente tem que voltar em coisas que a gente já deveria saber e que a gente não sabe. Então, é... Foi difícil assim no começo pra mim, mas depois que eu peguei o ritmo, fui conseguindo estudar. (*E6 – Estudante de Nutrição, período integral, 25 anos*)

Essa situação demonstra, segundo Portes & Silva (2011 p.60), que “a força do capital escolar já se manifesta desde o momento da entrada dos diferentes sujeitos sociais na universidade”. Ou ainda como aponta Doebber (2011, p. 105) “evidenciam [a existência de] um descompasso entre a exigência universitária, que parece estar sempre articulada à expectativa por um ‘aluno ideal’, e ao que os estudantes naquele momento, primeiros semestres do curso, conseguem corresponder”.

Nesta perspectiva, os estudantes do curso de Ciências do Mar chamam a atenção para as defasagens que envolvem os conteúdos das disciplinas vinculadas à área das Exatas como uma grande preocupação e também avaliam que isso se

deve a uma educação básica deficitária, a qual foi intitulada “uma base fraca”:

[...] ah, isso vem de falha desde o colégio, né? De escola pública ter exatas daquele jeito... Você não aprende e vai acumulando aqui. Aí você chega aqui... [...] eu não tive cálculo, eu não tive essas coisas. Eu tive aqui. E quando você chega aqui, você já tá acumulando todo aquele conhecimento que você não tinha, e você chega logo e se vira. E aqui a carga horária pequena, passa muita coisa em pouco tempo. Você se vira meio que sozinho. (E10 – Estudante de Ciências do Mar, período vespertino, 26 anos).

[...] tem muita coisa que meus professores daqui falam: olha, isso daqui é matéria de Ensino Médio. Que eu não fazia ideia. Tive que ver tudo agora na faculdade. Então, acredito que essa dificuldade vem de um déficit da escola pública, né? Eu acredito nisso. (E9 – Estudante de Ciências do Mar, período noturno, 24 anos)

Deste modo, estes estudantes precisam provar, mais que os outros, a sua capacidade de superar possíveis dificuldades com os conteúdos. Destaca Teixeira (2011, p.33) que “atravessar o tortuoso caminho do ensino médio público em direção ao ensino superior público significa, para essa população, lidar com as desigualdades socioeducacionais que se evidenciam nessa transição”.

Nesse novo período de desafios, inclui-se o que Coulon (2008) chamará de “processo de afiliação estudantil”, no qual o estudante deve aprender o ofício de estudante universitário e mostrar sua habilidade de obter êxito, ou seja, ser reconhecido como socialmente competente e ter os saberes adquiridos legitimados. Para Sampaio & Santos (2012, p.5):

Coulon descreve as fases identificadas nos estudantes que observou como tempos: o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação. Assim, longe de constituir-se como fato natural, evidente ou espontâneo, o estatuto de estudante requer esforço assemelhando-se à aprendizagem de um novo ofício e, de certo modo, de um jogo sofisticado em meio às regras e aos conhecimentos característicos da vida universitária.

Para isso, há a necessidade de incorporação/adaptação aos conteúdos acadêmicos e ao que o autor chama de “*habitus* dos estudantes”. Uma nova identidade está por ser construída, uma nova relação com o saber precisa ser elaborada (COULON, 2008, p.34). Entretanto, é possível dizer que nem todos os estudantes constroem sua trajetória na universidade da mesma maneira, assim como também o processo de afiliação não ocorre de modo congênere, principalmente para esses estudantes das camadas populares que romperam a tradição da reprodução de uma escolaridade de curta duração. Constatamos, assim como Pereira (2014), que, para estes, o desconhecimento da rotina universitária é uma realidade. As dúvidas, os medos, a falta de informação e o embate contra a condição financeira são marcas compartilhadas, de modo que cada etapa superada se constitui como uma reafirmação da sua permanência no ensino superior.

É possível perceber ainda nos discursos no âmbito universitário que há a expectativa em relação a um(a) estudante idealizado(a), espera-se que o(a)

novo(a) estudante chegue pronto(a), carregado(a) de atributos desejáveis ao meio acadêmico, o que leva os estudantes oriundos de grupos populares a se sentirem “fora do lugar, devedores eternos do ideal, que, diga-se de passagem, raras vezes é encontrado nos corredores das faculdades e institutos” (ALMEIDA, 2006, p. 9).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de pretender dar repostas acabadas para às questões que levantamos, o trabalho pôde salientar “a emergência de processos desiguais produzidos mediante as distintas vivências e aproveitamento do curso, de acordo com as classes sociais às quais os indivíduos pertencem” (ALMEIDA, 2006, p.4), assim como as desigualdades sociais internas à universidade, trazendo a reflexão sobre as possibilidades de intervenção institucional com vistas a dirimir ou minimizar tais questões.

Esses estudantes adentram e ainda adentrarão em uma universidade pouco sensível às especificidades deste novo público universitário egresso das camadas populares, com condições adversas de escolarização, ainda com dificuldade e resistência a lidar com a diversidade e heterogeneidade do seu quadro discente. Enfrentarão ainda a lógica da cultura meritocrática que os desqualifica em nome de um discurso da “qualidade acadêmica e científica”, o que reforça a tese bourdieusiana de excluídos no interior, a partir de práticas mais brandas e tácitas de exclusão, reproduzindo formas marginais de inclusão.

Vale ressaltar que a política de cotas sociais, que passou a ser integralmente estabelecida em 2016, já promove uma alteração significativa do cenário das universidades federais. A ampliação da representatividade de grupos sociais oriundos das camadas populares no conjunto do corpo discente, possivelmente, poderá vir a ser um aspecto potencializador de conflitos, exigindo uma adaptação da universidade frente a esses novos quadros e suas especificidades, o que demanda um novo olhar para as questões relativas às desigualdades sociais e educacionais já suscitadas. Desse modo, torna-se essencial a ampliação dessa discussão e de estudos que envolvam essa população, suas estratégias de permanência acadêmica e sua relação com o sistema escolar a fim de garantir, por conseguinte, dispositivos que promovam uma trajetória exitosa, não apenas individual, mas também como um “ganho” coletivo quanto à produção do conhecimento, algo que tem ficado de lado no que concerne à análise do que significa adentrar uma universidade.

Diante do exposto, um desafio que se apresenta consiste na necessidade de serem desenvolvidas novas estratégias de intervenção nas instituições de ensino em virtude dessa diversidade social e cultural que tem enriquecido o ambiente universitário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. M. **Esforço contínuo**: Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais na USP. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOURDIEU, P. **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 9 ed, 2007.

_____; PASSERON, J.C. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, INEP. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>> Acesso em 10/11/14.

COSTA, L. Classe Média e as Desigualdades Sociais no Brasil. In: BARTELT, D. D. (org.) **A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.

COULON, A. **A condição de Estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador. EDUFBA, 2008.

DOEBBER, M. B. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada, tornar-se igual é a estratégia de permanência**: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 48ª ed., 2003.

GANAM, E. A. **Entre fracos e feridos**: um estudo sobre os significados do percurso de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil na Unifesp. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016.

GENTILI, P. O Direito à Educação e as Dinâmicas de Exclusão na América Latina. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MAGALHÃES, R.P. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, F.S.; LISBOA, M.D. **A voz dos “degradados”**: o que dizem cotistas ingressos em cursos de maior demanda da Universidade Federal de Santa Catarina. In: X ANPED SUL, Florianópolis, 2014.

PACHECO, J.A. **As Metamorfoses do ENEM**: De avaliação coadjuvante para protagonista chave das políticas públicas de acesso à Educação Superior. 2013. 350f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA, T.I.; SILVA, L.F.S.C. **As Políticas Públicas do ensino superior no Governo Lula**: expansão ou democratização? In: Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p.10-31, jul/dez, 2010.

_____. **Classes Populares na Universidade Pública Brasileira e suas contradições**: A experiência do Alto Uruguai Gaúcho. 2014. 282f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PEROSA, G. S; COSTA, T. L. **Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da**

expansão da UNIFESP. In: Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, nº. 130, p. 117- 137, jan./mar, 2015.

PORTES, E.; SILVA, C. C. L. **Os Efeitos do capital cultural na distribuição dos privilégios universitários:** o caso dos bolsistas de iniciação científica da UFSJ. In: Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 06, jan./jun. 2011.

SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G. **O Conceito de Afiliação Estudantil como Ferramenta para a Gestão Pedagógica da Educação Superior.** In: 2.^a Conferência FORGES - Fórum do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2012, Macau. Anais 2.^a Conferência FORGES - Fórum do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2012. Disponível em:<[http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_1/Sampaio_Sonia%20\(UFBBrazil\).pdf](http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_1/Sampaio_Sonia%20(UFBBrazil).pdf)>, Acesso em 24/04/16.

SCHWARTZMAN, S. A Questão da Inclusão Social na Universidade Brasileira. In: PEIXOTO, M.C.L & ARANHA, A.V. **Universidade Pública e inclusão social:** experiência e imaginação. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p.23-43.

SOUZA, J. A Invisibilidade da Luta de Classes ou a Cegueira do Economicismo. In: BARTELT, D. D. (org.) **A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político.** – Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.

_____. **A Ralé Brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte, UFMG, 2009.

TEIXEIRA, A.M.F. Entre a Escola Pública e a Universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, S.M.R., Org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [on line]. EDUFBA, 2011, 273 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em 16/02/2016

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidente 39, 272, 274

Adoção 48, 147, 237, 273, 274, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Adolescente 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 314, 340

Assistência Social 19, 20, 21, 24, 46, 47, 51, 53, 54, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 123, 124, 171, 223, 226, 249, 250, 252, 253, 260, 261, 264, 266, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 314, 315, 320, 321, 323, 324, 350

Assistente Social 21, 54, 115, 168, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 225, 227, 230, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 281, 286, 287, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 313, 314, 317, 320, 321, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 350

B

Bolsa Família 18, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 74, 284

Brasil 1, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 121, 122, 126, 127, 130, 141, 142, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 186, 193, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 229, 233, 237, 241, 242, 247, 249, 250, 253, 255, 257, 258, 264, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 280, 285, 291, 295, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 348

Brasileira 1, 4, 5, 7, 10, 12, 18, 20, 21, 34, 35, 39, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 75, 78, 83, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 113, 121, 123, 126, 127, 142, 144, 150, 153, 154, 160, 161, 163, 185, 191, 192, 193, 195, 207, 209, 210, 223, 231, 232, 233, 234, 237, 242, 248, 253, 257, 258, 281, 296, 300, 316, 317, 324, 338, 339, 342, 344, 346, 347, 348, 349

Brasileiro 2, 8, 9, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 35, 38, 40, 47, 48, 50, 58, 65, 66, 70, 98, 115, 121, 122, 124, 127, 142, 145, 150, 161, 167, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 229, 234, 235, 242, 253, 254, 255, 257, 259, 265, 266, 272, 273, 275, 277, 280, 296, 305, 338, 342, 344, 346, 348

C

Cidadania 14, 17, 18, 20, 24, 27, 29, 30, 32, 42, 44, 46, 55, 63, 67, 70, 74, 123, 124, 131, 132, 134, 140, 145, 163, 187, 214, 244, 278, 279, 291, 315, 318, 320, 323, 327

Classe 2, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 59, 62, 71, 76, 77, 79, 84, 86, 117, 118, 121, 125, 126, 127, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 156, 157, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 180, 186, 211, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 255, 256, 257, 265, 286, 287, 291, 295, 301, 304, 306, 307, 308, 309, 326, 327, 329, 330, 333, 334, 335, 343, 348

Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 21, 28, 29, 31, 34, 39, 40, 43, 54, 57, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 145, 146, 148, 152, 153, 154, 160, 168, 178, 179, 180, 222, 232, 234, 242, 247, 306, 307, 308, 310, 311, 329, 333, 335, 348

Conservadorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 49, 122, 126, 209, 211, 226, 235, 238, 242, 291

Contrarreforma 57, 61, 104, 105, 114, 149, 220, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 242, 253, 266

Controle Social 53, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 110, 113, 123, 124, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 168, 257, 266, 293, 318

Criança 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 168, 314, 321, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348

D

Desigualdade 4, 21, 45, 56, 57, 59, 60, 62, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 227, 235, 237, 257, 258, 317, 330, 339

Dimensão 2, 3, 114, 118, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 219, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 249, 251, 253, 255, 274, 279, 309, 323, 324, 329

Dimensão Investigativa 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210

Direitos 6, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 73, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 130, 145, 149, 156, 165, 166, 167, 169, 186, 189, 198, 201, 207, 211, 216, 219, 220, 224, 225, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 253, 257, 258, 271, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 315, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 335, 336, 337, 347, 348, 350

Drogas 102, 131, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 321

E

EBSERH 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114

Educação 17, 18, 19, 20, 21, 58, 66, 67, 70, 71, 78, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 106, 107, 110, 112, 113, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 186, 191, 193, 200, 214, 223, 226, 229, 242, 249, 250, 253, 258, 259, 264, 267, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 291, 314, 316, 317, 339, 340, 342

Encarceramento 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169

Escravidão 36, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55

Escravo 37, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55

Estado 3, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 48, 56, 62, 65, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 86, 90, 96, 97, 101, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 142, 144, 145, 157, 159, 163, 165, 167, 168, 169, 180, 181, 182, 208, 211, 220, 221, 222, 233, 234, 235, 240, 244, 247, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 266, 268, 277, 279, 281, 284, 285, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 299, 304, 313, 314, 315, 316, 319, 320, 324, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335

Estágio 36, 42, 156, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 226, 269, 270, 278, 281, 284, 287, 289, 290, 301

F

Família 4, 18, 25, 28, 29, 31, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81, 84, 90, 95, 96, 138, 146, 150, 153, 163, 167, 172, 174, 179, 181, 192, 205, 244, 252, 261, 278, 285, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 340, 347, 350

Formação 1, 2, 6, 7, 8, 14, 20, 25, 26, 30, 38, 47, 48, 49, 72, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 109, 113, 116, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 135, 138, 140, 141, 144, 149, 153, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 241, 242, 249, 253, 270, 279, 280, 283, 285, 287, 290, 291, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 310, 321, 323, 330, 341, 342, 343, 347

G

Gênero 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 85, 149, 156, 210, 220, 232, 235, 297, 303, 304, 311, 330

Gestão 4, 12, 17, 20, 30, 51, 70, 79, 80, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 154, 170, 171, 174, 181, 187, 204, 226, 235, 245, 246, 248, 257, 262, 265, 267, 298, 299, 318, 321, 322, 324, 336, 347

H

Hegemonia 1, 5, 6, 8, 11, 19, 21, 115, 118, 119, 120, 125, 126, 156, 209, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 248

I

Ideologia 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 17, 18, 63, 72, 81, 115, 117, 118, 145, 236, 238, 295, 315, 341

Indicador 191, 243, 245, 249, 250, 252, 261, 323

Instrumentalidade 198, 199, 200, 202, 207, 251, 313, 314, 323

L

Luta 1, 3, 5, 6, 10, 13, 20, 31, 32, 38, 40, 41, 43, 54, 56, 58, 61, 74, 76, 77, 79, 84, 85, 86, 114, 125, 126, 127, 154, 156, 209, 219, 220, 221, 226, 227, 232, 234, 239, 242, 259, 306, 309, 310, 311, 334, 346, 348

M

Matricial 35, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

Mercado de Trabalho 30, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 70, 146, 147, 164, 185, 197, 214, 215, 216, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 295, 296, 298, 315, 316

Microssseguro 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182

MST 224, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312

Mulher 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 72, 84, 127, 317

Multiprofissional 109, 208, 209, 213, 350

N

Negra 155, 157, 159, 160, 167, 168, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 347
Negras 167, 338, 339, 340, 341, 344, 346, 347
Negro 160, 341, 343, 344, 345, 346, 348, 349
Negros 145, 153, 162, 297, 339, 341, 345, 348, 349
Neoliberal 17, 18, 57, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 87, 104, 105, 114, 116, 122, 156, 163, 197, 219, 220, 223, 234, 235, 236, 238, 256, 257, 258, 259, 291, 295, 317, 326, 327, 328, 334, 335
Neoliberalismo 13, 40, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 104, 119, 122, 131, 160, 217, 218, 219, 224, 233, 234, 258, 286

P

Pedagógica 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 191, 204, 279
PNH 88, 89, 92, 94, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
Política 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 30, 32, 33, 39, 41, 43, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 185, 186, 191, 197, 199, 201, 204, 205, 207, 209, 211, 214, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 267, 276, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 292, 294, 295, 299, 300, 301, 304, 306, 308, 309, 310, 316, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 336, 340, 348, 350
Política Social 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 32, 33, 78, 82, 84, 98, 101, 130, 170, 223, 225, 229, 241, 242, 254, 259, 267, 316, 322, 323, 324, 325, 350
Proibicionismo 155, 157, 159, 160, 161, 162, 166, 168
Proibicionista 157, 158, 160, 161, 162
Projeto Ético Político 114, 184, 185, 186, 190, 210, 211, 239, 287
Proteção Social 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 77, 87, 108, 174, 175, 180, 249, 250, 258, 261, 262, 266, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 324, 325

Q

Questão Social 10, 14, 15, 17, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 54, 55, 59, 77, 87, 102, 123, 127, 156, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 214, 218, 219, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 248, 250, 258, 267, 270, 278, 280, 286, 291, 295, 296, 298, 308, 318, 328, 329, 330, 334, 336

R

Racismo 122, 166, 226, 338, 339, 341, 343, 344, 346, 347, 348, 349
Reforma 13, 20, 21, 32, 42, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 87, 90, 101, 102, 104, 105, 113, 114, 181, 182, 222, 231, 232, 233, 235, 241, 242, 255, 256, 259, 309, 310, 311, 332
Renda 13, 18, 32, 55, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 131, 146, 149, 167, 182, 262, 264, 272, 277, 288, 303, 316, 322

S

Saúde 17, 18, 19, 20, 21, 32, 38, 51, 66, 67, 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 131, 138, 148, 159, 161, 162, 165, 172, 180, 216, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 296, 314, 315, 316, 317, 321, 324, 329, 340, 350

Segurança 17, 30, 31, 38, 85, 100, 120, 159, 162, 163, 171, 180, 182, 239, 261, 262, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 300, 315, 316, 332

Serviço Social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 32, 34, 44, 45, 46, 54, 55, 62, 73, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 113, 114, 115, 127, 153, 156, 168, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 328, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 347, 348, 350

Sociedade 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 141, 145, 147, 153, 154, 157, 159, 165, 168, 169, 181, 185, 190, 191, 196, 197, 207, 209, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 247, 250, 253, 255, 257, 258, 259, 269, 270, 277, 279, 280, 285, 291, 296, 297, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 318, 322, 323, 324, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 344, 345, 346, 347

Sociedade Civil 25, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 105, 106, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 139, 221, 222, 258, 296, 324, 333, 334

Sociojurídico 336, 337, 338, 347

Sócio jurídico 326, 327, 332

SUAS 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 18, 20, 23, 26, 27, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 67, 68, 71, 74, 77, 82, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 106, 108, 109, 114, 117, 120, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 138, 140, 145, 148, 149, 152, 153, 156, 158, 160, 162, 167, 176, 177, 185, 187, 190, 197, 201, 211, 214, 220, 221, 222, 224, 226, 233, 236, 237, 245, 246, 248, 249, 251, 255, 257, 261, 263, 264, 267, 270, 271, 275, 279, 280, 284, 286, 289, 300, 302, 303, 306, 307, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 334, 335, 339, 345

SUS 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 272, 281

T

Trabalho 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61,

62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 131, 135, 137, 139, 140, 142, 146, 147, 152, 156, 159, 164, 167, 170, 173, 175, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342

Trânsito 68, 255, 259, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

 **Atena**
Editora

2 0 2 0